

O SINDICALISMO RURAL COMO INFLUÊNCIA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA: o campesinato frente ao agronegócio na divisa Pará-Maranhão-Tocantins¹

Palavras-Chave: Guerrilha do Araguaia; sindicalismo rural; conflitos fundiários.

Autores:

Vinícius Carluccio de Andrade - IG / UNICAMP

Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves (orientador) - IG / UNICAMP

Introdução

A Guerrilha do Araguaia foi uma guerrilha rural vinculada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que enfrentou as Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) entre 1972 e 1974. Em conformidade com a via chinesa de guerra popular prolongada, instalou-se na “trijunção” Pará-Maranhão-Goiás (atual Tocantins) e almejava a incorporação dos camponeses na luta armada (Maciel, 2014). O apoio encontrado pelos peucedobistas não se transformou em participação plena dos posseiros. Mesmo assim, a Guerrilha do Araguaia só foi desbaratada depois do maior efetivo desde a Segunda Guerra Mundial, que teve de 10 a 20 mil soldados (Campos Filho, 2012, 2014; Maciel, 2014. Martins, 1985).

Tamanha violência nas Três Campanhas só é compreendida se situada diante do contexto de acumulação primitiva do capital na Amazônia. Conforme Ianni (1979), a derrota da Guerrilha do Araguaia ocorreu durante a contra-reforma agrária da Ditadura Militar, momento de instalação de estrangeiros na Amazônia Oriental. Assim, “as Forças Armadas de um lado e os guerrilheiros de outro foram, no Araguaia, protagonistas de uma tensão muito mais profunda e ampla do que a sua mera expressão local” (Martins, 1978, p. 7). Era uma pressão pela expropriação, sendo as Forças Armadas um instrumento das classes dominantes. Com isso, a guerra de guerrilhas não envolveu somente guerrilheiros e militares, pois “o personagem histórico essencial desse conflito foi e é o posseiro, o pequeno lavrador baseado no trabalho familiar” (Martins, 1978, p. 12).

A despeito de não terem se engajado diretamente na luta armada a ponto de se integrarem às Forças Guerrilheiras do Araguaia, os camponeses, devido aos seis anos prévios de contato com os militantes do PCdoB, os apoiaram durante as ofensivas da ditadura. Chegaram, inclusive, a construir núcleos da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo (ULDP), onde debatiam esforços de sindicalização e da luta camponesa diante da expansão do latifúndio. À vista disso, este estudo busca refletir sobre o legado, as heranças e as influências da Guerrilha do Araguaia em relação ao sindicalismo rural na região do Sudeste do Pará, Oeste Maranhense e Bico do Papagaio Tocantinense. O foco não é a guerrilha em si, mas seus desdobramentos mais de cinco décadas depois.

Metodologia

Esta pesquisa é um desdobramento, mais sofisticado e mais complexo, de duas outras iniciações científicas, cujos títulos são 1) “*A Guerrilha do Araguaia: resistência camponesa, defesa da autonomia e*

¹ Processo Fapesp nº 2024/07251-3.

continuidade dos conflitos fundiários no Pará, Maranhão e Tocantins” (Processo Fapesp nº 2022/05174-6, com vigência de 1 de agosto de 2022 a 31 de julho de 2023); e 2) “*A Guerrilha do Araguaia para além da Comissão da Verdade: persistência da tensão com o avanço do agronegócio no Pará, Maranhão e Tocantins*” (Processo CNPq nº 124021/2023-9, com vigência de 1 de setembro de 2023 a 31 de agosto de 2024). Feitos anteriores não foram esquecidos e a metodologia mesclou a teoria e a prática.

Dessa maneira, realizou-se um denso esforço de revisão bibliográfica, com consultas a livros, artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, documentos de época, relatos de guerrilheiros, cartas de combatentes, relatórios de comissões da verdade, proclamações das Forças Guerrilheiras do Araguaia e da ULDP e manifestos/leituras de conjuntura do PCdoB dos anos 1960 e 1970. A discussão bibliográfica foi complementada com levantamento de dados quantitativos sobre a violência no campo através dos anuários da Comissão Pastoral da Terra (CPT), *Cadernos de Conflitos no Campo*.

Além do trabalho de gabinete, foram realizados dois trabalhos de campo (em 2023 e 2025) para a área onde antes lutou a Guerrilha do Araguaia. Juntos, somam um mês de visitas a acampamentos, assentamentos e sindicatos de trabalhadores rurais nos estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Durante a pesquisa de campo, foram colhidos depoimentos, a partir de entrevistas semiestruturadas, com camponeses que conviveram com os pecedobistas e recordam os anos de 1972, 1973 e 1974. Ademais, foram igualmente realizadas múltiplas entrevistas com ex-guerrilheiros, como José Genoino (nos anos de 2022, 2023, 2024 e 2025) e Criméia Alice Schmidt de Almeida (no ano de 2024). Consequentemente, houve o casamento da consulta a produções bibliográficas anteriores com a coleta de dados primários via falas inéditas.

Resultados e Discussão

Desde já, um erro de Pomar (1980) precisa ser salientado. Segundo o autor, o PCdoB deslocou seus membros para a divisa Pará-Maranhão-Tocantins porque lá a organização dos trabalhadores era praticamente nula. Entretanto, conforme Lima (2019), Nóbrega (2020) e Sader (1986), isso não se sustenta. Sindicatos de trabalhadoras e de trabalhadores rurais (STTRs) já existiam no Maranhão desde os anos 1960, década de sua efervescência. O STTR de Pindaré-Mirim, por exemplo, foi criado em 1963, logo após o Estatuto do Trabalhador Rural. O STTR de Imperatriz, município que faz parte da área de influência da Guerrilha do Araguaia delimitada por Campos Filho (2014), foi fundado em 1967, ou seja, ao mesmo tempo da chegada dos pecedobistas. Mesmo que o reconhecimento oficial deste último tenha sido apenas em 1973 (Sader, 1986, p. 198), é um equívoco afirmar que todo o sindicalismo rural é consequência direta da tentativa da Guerrilha do Araguaia.

Por essa razão, o título da pesquisa pontua o sindicalismo rural como *influência* da guerrilha, pois os opositores do golpe de 1964 foram agentes ativos em seu fortalecimento. Defendiam a associação em prol da coletividade, mas não foram os criadores de todos os sindicatos rurais das três unidades federativas. A articulação em sindicatos, associações e cooperativas já existia, mas foi intensificada a partir das falas e dos discursos dos envolvidos com a luta armada. Trata-se de um destaque importante porque, apesar dos associados referirem a si mesmos como “lavradores”, “trabalhadores agrícolas” ou “trabalhadores rurais”, são efetivamente camponeses (Lima, 2019; Martins, 1985)². Para Martins (1985, p. 97), negar que alguns assalariados sejam também

² Segundo Oliveira (1991), o desenvolvimento contraditório do capitalismo propicia a criação e a recriação de quatro tipos distintos de camponeses no Brasil: camponeses-proprietários, camponeses-rendeiros, camponeses-parceiros e camponeses-posseiros.

camponeses é assumir uma visão incorreta de que “o campesinato tem um lugar no passado, mas não necessariamente no presente e menos ainda no futuro”. A expansão das relações capitalistas de produção por meio do assalariamento não extingue o campesinato, pois é fundamentalmente contraditória e o modo de produção capitalista se desenvolve de maneira desigual e combinada. Seu avanço disforme no campo permite a existência concomitante de uma reprodução ampliada do capital (exploração da força de trabalho) e de uma acumulação primitiva permanente (expropriação) (Bombardi, 2003; Oliveira, 1986, 1991).

Isto posto, o sindicato é o meio e a greve é o instrumento pelo qual a parcela “assalariada” do campesinato se mobiliza (Martins, 1985). Embora esses indivíduos vendam parte de sua força de trabalho em um quadro normativo-institucional mediado por relações formalmente regulamentadas e contratuais, não deixam de ser camponeses porque, na linha da Geografia Agrária Crítica, constituem uma classe social, com um modo de vida próprio, que se reproduz no capitalismo. Subordinado por causa da sujeição da renda da terra ao capital (Oliveira, 1991), o campesinato se comporta como uma classe incômoda, simultaneamente trabalhadora e proprietária de seu meio de produção primordial, a terra. A particularidade da atividade laboral camponesa é ser “trabalho de um homem que é dono do seu próprio trabalho e pode decidir como utilizá-lo” (Shanin, 2008, p. 38), dispondo de sua força e de seus instrumentos de trabalho. É um trabalho autônomo e independente, mas subordinado ao capital a depender dos casos.

Deve-se realçar também que tipo de sindicato a guerrilha influenciou. Para exemplificar depois dos trabalhos de campo, há o caso imperatrizense. No município maranhense, na divisa com o Tocantins, há dois “sindicatos rurais”. Um deles é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Imperatriz-MA (figura 1), novo nome do STTR depois de uma alteração estatutária recente³. Seu quadro é constituído por uma parcela de assalariados e de pequenos produtores, trabalhadores. O outro é o Sindicato Rural de Imperatriz (SINRURAL), sindicato patronal (figura 2). Seu quadro é constituído por grandes fazendeiros, proprietários fundiários. No STTR, há a prestação de assessoria para acampados na luta por reforma agrária; no SINRURAL, há uma junção de representantes do agronegócio em prol da realização de feiras de exposições para aprimoramentos na agropecuária. Assim, a Guerrilha do Araguaia é lembrada pelos primeiros, mas rechaçada e rejeitada pelos últimos.

³ O presidente do STTR, entrevistado, afirmou que essa mudança foi feita por solicitação da federação. A construção teórica de “campesinato” e “agricultura familiar”, conceitos diametralmente opostos, pode ser consultada em Bombardi (2003).

Figuras 1 e 2 - 1) Entrada do STTR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares) de Imperatriz; 2) Entrada do SINRURAL (Sindicato Rural de Imperatriz)



Fonte: Acervo pessoal do autor (2023, 2025).

Depois de entrevistar os presidentes de ambos os sindicatos, dos trabalhadores e dos patrões, constata-se uma tensão profunda com o avanço do agronegócio. A guerra teve seu fim na primeira metade da década de 1970, mas seus reflexos são sentidos até hoje, pois as heranças dos guerrilheiros foram tomadas pelos camponeses. Lima (2019) ressalta que essa influência foi assumida de um modo domesticado. Os sindicatos dos trabalhadores rurais se distanciaram de suas funções próprias (atuando como agências de acesso à previdência social), mas ainda são fundamentais para o reconhecimento e a garantia de direitos dos trabalhadores do campo. Os sindicatos patronais, por sua vez, são braços do agronegócio, herdeiros da militarização da questão agrária (Martins, 1985).

Se os latifundiários foram favorecidos durante a Ditadura Militar com o pacto militar-latifundiário ou com a parceria Estado-latifúndio (Comissão Camponesa da Verdade, 2014), tais organizações só são compreendidas com uma visão não estática que identifique a contradição. Assim, o prolongamento das violências de um campo em conflito é consequência da agricultura capitalista que mantém uma estrutura fundiária brutalmente concentrada, originando choques. Para mostrar como monocultivos se instalam ao redor de acampamentos e assentamentos, pressionando os camponeses, há a figura 3, fazenda de eucaliptos em frente ao Assentamento Califórnia, no município de Açaíândia-MA.

Figura 3 - Monocultura de eucaliptos em fazenda da Suzano Papel e Celulose



Fonte: Acervo pessoal do autor (2025).

Diante da territorialização dos monopólios, os camponeses são expulsos. Os conflitos não cessaram em 1974. Na verdade, nos últimos 50 anos, eles continuam recorrentes - e a responsabilidade recai sobre os latifundiários. Segundo Oliveira (2003, p. 115), “o campo contém as duas faces da mesma moeda. De um lado, está o agronegócio e sua roupagem de modernidade. De outro, está o campo em conflito”. Na prática, a “modernidade” é par dialético da “barbárie”. Para amparar a argumentação com dados, tem-se que, na presente

década, de 2020 a 2024, 2.272 conflitos por terra (29,95% do total nacional) e 62 assassinatos no campo (34,64% do total nacional) aconteceram nos estados do Pará, Maranhão e Tocantins (CPT, 2020-2024). Nesse contexto, mesmo com tantas adversidades, pós-extermínio da Guerrilha do Araguaia, a defesa da reforma agrária, realizada por camponeses estabelecidos em associações, cooperativas e sindicatos, aparece para se opor ao agronegócio.

Considerações Finais

Estudar os reflexos da Guerrilha do Araguaia segundo as lentes da Geografia Agrária tem, como princípio, não se ater somente ao passado. Esses reflexos precisam ser discutidos na atualidade. A ênfase não é na primeira metade dos anos 1970, mas nas suas repercussões, nítidas com o avanço do agronegócio e a resistência camponesa. Os números disponibilizados pela CPT não são apenas números, mas sim marcas de uma relação social: os conflitos fundiários e os assassinatos deles decorrentes são a face da luta de classes no campo, símbolo do antagonismo entre agricultura camponesa e agricultura capitalista (Oliveira, 1991, 2003). Como capacidade de resposta, a Guerrilha do Araguaia continua a motivar a mobilização de camponeses que defendem o acesso e a permanência na terra na região do Sudeste do Pará, Oeste Maranhense e Bico do Papagaio Tocantinense.

O sindicalismo rural é uma de suas influências, afinal o movimento armado do PCdoB é continuamente rememorado por sindicalistas. Isso não quer dizer, obviamente, que o sindicalismo rural local seja maoísta, mas que tem objetivos em comum com os guerrilheiros predecessores, em concordância com as metas de reformas enunciadas pela ULDP. Por último, não há um camponês imutável para todo o território nacional: há, na realidade, uma diversidade de situações que refletem as respectivas particularidades. Com isso, ao se afirmar que os camponeses assumem as heranças da Guerrilha do Araguaia na construção e no fortalecimento do sindicalismo rural, isso se restringe geograficamente a determinada contiguidade territorial, referente à divisa Pará-Maranhão-Tocantins. Esse legado se mantém vivo 50 anos depois: algumas pessoas, hoje idosas, conviveram com os guerrilheiros e sobre eles têm histórias.

Referências Bibliográficas

- BOMBARDI, Larissa Mies. O papel da Geografia Agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, n. 14, p. 107-117, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2003.123836>. Acesso em: 19 jul. 2024.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Araguaia: depois da guerrilha, outra guerra - a luta pela terra no Sul do Pará, impregnada pela ideologia da Segurança Nacional (1975-2000)**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Editora Anita Garibaldi, 2014.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.
- COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. **Relatório Final: Violações de Direitos no Campo - 1946 a 1988**. Brasília: CCV, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/ComissoCamponesadaVerdade09dez2014.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2024.
- IANNI, Octavio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LIMA, Débora Assumpção e. **Terra, trabalho e acumulação: o avanço da soja na região Matopiba**. 2019. 293 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.
- MACIEL, João Paulo. **Guerrilha no Araguaia-Tocantins**. Imperatriz: Ética, 2014.
- MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil - Terra e poder: o problema da terra na crise política**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MARTINS, José de Souza. Apresentação. In: DÓRIA, Palmério; BUARQUE, Sérgio; CARELLI, Vincent; SAUTCHUK, Jaime (org.). **A guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. p. 6-12.
- NÓBREGA, Mariana Leal Conceição. **Geografias das resistências: batalhas camponesas do século XXI nas Regiões do Bico do Papagaio e Cerrados Sul Maranhenses**. 2020. 223 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul./dez. 2003. Disponível em: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2003.473. Acesso em: 07 jan. 2025.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- POMAR, Wladimir. O partido e a guerrilha. In: POMAR, Wladimir (org.). **Araguaia: o Partido e a guerrilha**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980. p. 1-64.
- SADER, Maria Regina Cunha de. **Espaço e luta no Bico do Papagaio**. 1986. 411 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20250220-090824/publico/Sader-MariaReginaCunhaToledo.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2025.
- SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-48.